

Seminário de Apresentação do Projecto
“Orientar, Servir e Apoiar: promover a conciliação da vida familiar e profissional”
5. Maio. 2005

Comunicação: Voluntariado Social – Um Recurso Inovador na Conciliação da Vida Familiar e Profissional

Vivemos actualmente numa época em que as transformações, nas mais diversas áreas da sociedade, social, cultural, económica, entre outras, ocorrem a ritmos mais ou menos desfasados, mas sem dúvida incrivelmente rápidos.

As mudanças ocorridas a nível familiar não constituem excepção e nas últimas décadas tem vindo a ser possível constatar, independentemente do nível socio-economico, de instrução, credo ou religião, uma série de constrangimentos que dificultam a conciliação de duas esferas fundamentais da vida: familiar e profissional.

O peso crescente das mulheres na esfera profissional inevitavelmente torna-as menos disponíveis para as actividades que, tradicionalmente lhes eram atribuídas na esfera doméstica: as compras para a casa, a confecção dos alimentos, a limpeza e o cuidado da casa, o cuidado das roupas, o cuidado das crianças, dos idosos e outros familiares com necessidades.

É, por isso, relativamente frequente a constatação de mulheres que abandonam o mercado de trabalho, principalmente aquelas com empregos mais precários e que na relação custo benefício não se tornam compensadores tendo em atenção os encargos decorrentes da guarda dos filhos. Mas, no entanto, o traço estrutural do perfil de emprego português tem por base a não interrupção do percurso profissional por parte das mulheres mesmo quando têm filhos ou outros familiares a cargo.

Da mesma forma, uma série de outros elementos concorrem para caracterizar/justificar as dificuldades em conciliar. Há cada vez mais idosos a viver sozinhos, porque mesmo em casa dos filhos a indisponibilidade destes torna difícil a gestão da convivência, a baixa da taxa de natalidade contribui para a diminuição da dimensão das famílias e conseqüentemente para uma redução das redes de parentesco. As gerações mais novas têm tendência a migrar para os centros urbanos, deixando a família de origem, acentuando mais uma vez o afrouxamento dos laços familiares e impossibilitando as tradicionais solidariedades familiares intergeracionais. O aumento das taxas de divórcio e os novos modos de viver a conjugalidade, resultam igualmente no redimensionamento dos núcleos

familiares e contribuem para gerar novas necessidades sociais, requerendo novas modalidades de organização da vida social.

O próprio enquadramento jurídico tem procurado acompanhar estas alterações factuais e de valores. Após 1974 é abolida a figura do chefe de família, preconiza-se que a vida doméstica seja dirigida em conjunto pelos conjuges e a igualdade entre mulheres e homens em oportunidades e tratamento no trabalho e no emprego. Mais recentemente, em 1997 a Constituição passa a consagrar a todos os cidadãos o direito de conciliação entre a vida familiar e profissional.

A realidade no entanto é que nem sempre as práticas andam a par com os valores e o direito.

As mulheres continuam a ser quem mais se encarrega dos afazeres domésticos e familiares, a par da primazia à carreira profissional do homem, as mulheres continuam a ser quem mais falta ao trabalho para assistir à família, as culturas organizacionais continuam a mostrar-se pouco abertas à possibilidade do pai assumir um papel mais interveniente junto da criança.

A expectativa generalizada é que continue a ser sobretudo a mulher a responsabilizar-se pela prestação de cuidados aos familiares que o requerem, como pela gestão doméstica, só que acumulando agora com uma carreira profissional.

Para além da responsabilidade individual de conciliar trabalho e família, sujeita aos condicionalismos vividos por cada núcleo familiar, é frequentemente atribuída, por um lado, uma responsabilidade social às empresas em conceber e implementar novos modelos de organização do trabalho, de gestão do tempo de trabalho e de horários que permitam assegurar a necessária produtividade e fazer face às necessidades decorrentes da vida familiar dos seus trabalhadores, por outro lado uma responsabilidade que deve ser assegurada pelo Estado e/ou pela sociedade civil organizada que se dispõe a prestar serviços de apoio social à família, nomeadamente, através das diversas estruturas de apoio à infância e à terceira idade.

Entre os diversos olhares que se centram na problemática da conciliação, grande é a proporção que procura soluções pelas vias mais convencionais ou da lógica institucional, nomeadamente o prolongamento dos horários das instituições de apoio social, a criação de

mais estruturas de cuidados a crianças e idosos, adequação dos horários dos transportes públicos, ou ao nível das políticas laborais, nomeadamente, a valorização de culturas organizacionais promotoras da responsabilização e autonomia dos trabalhadores, horários flexíveis, semana de trabalho comprimida, entre outros.

A mais valia que sobressai neste projecto prende-se precisamente com o facto de não se pretender aqui substituir, nem as funções sociais do Estado, nem os serviços prestados pelas instituições de apoio social. Pelo contrário, trata-se de optar pela via não convencional e neste caso exploratória da familiarização através do voluntariado. Assume-se no entanto uma relação de complementaridade entre esta via e a lógica dominante da institucionalização.

O voluntariado aqui considerado refere-se a uma actividade inerente ao exercício da cidadania que se traduz numa relação solidária com o próximo, participando de forma livre e organizada, na solução de problemas que afectam a sociedade em geral. O voluntariado é por isso uma prática consciente, deliberada, que tem por base uma nova cultura cívica de altruísmo e comprometimento.

Explorar o voluntariado na óptica da conciliação entre a vida familiar e profissional é, sem dúvida um desafio. Um desafio que procura reforçar a flexibilidade e a enorme potencialidade do desempenho desta actividade que se traduz numa revitalização da sociedade civil, num conceito mais amplo, e num reforço das redes de solidariedade informais, numa perspectiva mais restrita.

A dimensão exploratória do voluntariado social em prol da conciliação entre a vida familiar e profissional, neste projecto, procura não ser uma medida isolada. Pelo contrário, busca instituir uma abordagem inovadora que possa acompanhar os esforços institucionais e empresariais que existem no concelho.

A sensibilização é o primeiro passo do caminho. Sensibilizar os jovens e a comunidade em geral para o exercício da sua cidadania através da prática do voluntariado certificado com as devidas competências, deontologia e ética. Sensibilizar as famílias, através destes voluntários, para a repartição equitativa das tarefas domésticas e para as vantagens do reforço das redes de solidariedade informais. Sensibilizar empresas e instituições para as potencialidades da prática e do acolhimento de voluntários.

Após esta fase de sensibilização e formação pretende-se, orientar a prática de voluntariado numa perspectiva dinamizadora de acções facilitadoras da conciliação, que possam servir não só os interesses das famílias, dos próprios cidadãos, das empresas e das instituições sociais mas também apoiar um processo de mudança das práticas sociais, incentivando um compromisso renovado, entre as redes de solidariedade informais.

O voluntário para a conciliação pode assim assumir duas formas: o voluntário enquadrado numa instituição desenvolvendo a sua actividade em função dos utentes da instituição, crianças, idosos ou famílias; ou o voluntário de proximidade, inserido num grupo local, coordenado de forma independente. Em qualquer um dos enquadramentos possíveis a expectativa relativamente a estes voluntários é que possam sensibilizar as famílias para a partilha de responsabilidades e igualdade de género, numa perspectiva de mediação familiar, e por exemplo, prestar apoio no acompanhamento de crianças no percurso casa-escola, praticar a guarda ocasional de crianças, ajudar nos trabalhos escolares, acompanhar idosos ao médico, preencher documentos, fazer companhia, dinamizar/apoiar actividades lúdicas, assim como uma série de outras actividades que possam ser prestadas numa óptica de familiarização, solidariedade e vizinhança, e que acima de tudo permitam uma maior qualidade de vida das famílias.

Orientar, Servir e Apoiar através do voluntariado, é o desafio que lançamos com este projecto.

*Equipa Técnica do
Observatório Social do Alentejo
da Fundação Eugénio de Almeida:*

*Tânia Semedo Silva
Carla Lã-Branca*